

**PATRIMÔNIO E PODER
NAS RUÍNAS DO PELOURINHO**

COLLINS, John. *Revolt of the Saints: Memory and Redemption in the Twilight of Brazilian Racial Democracy*. Durham: Duke University Press, 2015. 463p

*E*m *Revolt of the Saints*, John Collins analisa a vida dos moradores do Pelourinho na década de 1990 e sua interação com o governo da Bahia. Como a maioria dos leitores de Salvador lembrará, foi nesta década, especialmente na sua última metade, que os moradores foram retirados, indenizados e relocados, abrindo caminho para a reforma e a recuperação econômica do centro colonial da cidade. A recuperação tem beneficiado um número restrito de empresários e, de forma mais ampla, a indústria do turismo, mas o impacto sobre a população residente original, em grande parte afro-baiana, continua a ser tema de debates. Collins, antropólogo que passou anos vivendo e conversando com ex-moradores, foca sua atenção na conjuntura incomum em que ocorreu a reforma, uma vez que a população do Pelourinho foi considerada pelo governo, simultaneamente, como depositária da autêntica cultura baiana e como fonte de seus problemas sociais mais prementes. Esse processo, defende Collins, foi

moldado por mudanças internacionais e locais no pensamento sobre patrimônio e, mais significativamente, por contínuos e intensos debates entre a população e o Estado. O livro capta, de forma muitas vezes brilhante, as dificuldades enfrentadas pelos moradores do Pelourinho, bem como as muitas contradições na configuração de Salvador como sítio singular do patrimônio brasileiro.

A experiência de Collins em Salvador, e no Pelourinho em particular, tem raízes profundas, tanto informais quanto acadêmicas. Após ter abandonado o ambiente elitista do Yale College, pouco depois de sua graduação, viajou para a América Latina e acabou ficando sem dinheiro no Brasil no começo dos anos 1990. Chegou a Salvador, onde começou a trabalhar como artesão de joias para ganhar o sustento e fez amigos que lhe permitiram ser um dos três vendedores autorizados nos concertos semanais da banda Olo-dum (pp. xi-xii). Tão logo se adaptou à vida no Maciel, uma área do Pelourinho, ele testemunhou e ouviu

muito sobre violência policial, coisa já familiar aos moradores locais. Mais tarde, em algum momento do final dos anos 1990, no início da pós-graduação na Universidade de Michigan, ele voltou para realizar a pesquisa de campo, então numa condição mais “oficial”. Deu continuidade a seu relacionamento com a cidade e com os moradores do Pelourinho, e seu profundo envolvimento com estes é evidente em todo o texto.

Collins dá o melhor de si ao descrever a lógica peculiar que criou o Pelourinho moderno. Neste ponto sua escrita é sugestiva e profundamente cínica, de tal forma que capta todos os absurdos da restauração. Como ele escreve: “Hoje, perto do fim de sua transformação em um centro histórico dependente da aura e das vidas dos milhares de habitantes removidos desde 1992, este centro da era colonial, configurado há muito tempo tanto como fonte de infecção quanto parte persistente do passado da nação, brilha como um monumento despovoado do que foi repetidamente apresentado no discurso oficial como a valiosa, ainda que desconfortável vitalidade de um povo afro-brasileiro” (p. 3). Muitos autores têm lutado para transpor adequadamente essa dinâmica para a escrita, mas coube a Collins descrever magistralmente as irônicas contradições que moldaram o Pelourinho numa representação do patrimônio do Brasil, bem como um patrimônio mundial da UNESCO.

O objetivo último do trabalho

de Collins, no entanto, não é apenas descrever esse processo, embora o faça em muitos momentos significativos da obra. Sua contribuição mais importante reside na análise de duas grandes transformações que acompanharam a reforma do Pelourinho: primeiro, as mudanças nas ideias sobre patrimônio que moldaram definitivamente muitos dos eventos da década de 1990 e, segundo, as mudanças nas práticas do Estado, que resultaram em maior vigilância e interação mais intensa entre este e a população do Pelourinho. Ambas as mudanças, argumenta o autor, são “fundamentais para a compreensão das mudanças na política racial brasileira de hoje” (p. 4). Collins propõe que o Brasil passou a adotar uma visão essencializada de raça, em vez de uma mais fluida, e levanta questões sobre como os projetos do governo no Pelourinho tanto o reificaram quanto introduziram esses novos conceitos de raça.

Para começar com a primeira contribuição, *Revolt of the Saints* traz uma nova luz à evolução da compreensão brasileira sobre patrimônio. Collins abre o livro com uma troca de cartões postais entre Manuel Bandeira e Mário de Andrade, após a visita do primeiro a Salvador. Como mostra a correspondência, já nos anos 1920 os modernistas estavam debatendo como o Pelourinho e, igualmente importante, seus empobrecidos habitantes, poderiam servir como “o lugar mítico da alma africana do Brasil” (p. 9). Collins, no Capítulo 2, usa o romance de

Andrade, *Macunaíma*, como fonte fundamental para seu pensamento sobre a nação e, em última instância, sobre o patrimônio. Escrito no mesmo momento que *Casa grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, Collins mostra que as preocupações nacionalistas da Era Vargas eram apenas uma das semelhanças entre os dois autores. Também em *Macunaíma*, a sexualidade e as trocas sexuais inter-raciais eram fundamentais. Mas, segundo Collins, essa ideologia da democracia racial na formação do patrimônio estava longe de ser uma linha ininterrupta e foi amplamente descartada por algum tempo. Seria retomada para atender as necessidades dos políticos baianos na década de 1990, em paralelo às crescentes influências internacionais da UNESCO, e outras, que enfatizavam a importância da cultura “imaterial”. No início da década de 2000, a ideologia da miscigenação foi descartada por um novo enfoque na identidade racial (“[racially] rooted essences”) (p. 134). Mas, pergunta ele, isso significa que as próprias ideias de patrimônio mudaram, ou podemos ver continuidades numa política patrimonial adotada pela primeira vez sob um regime nacionalista e semi-fascista?

Parte desse foco contínuo sobre o sexo inter-racial como componente do patrimônio brasileiro, pode certamente ser visto na política patrimonial adotada no Maciel, a zona de prostituição do início a meados do século XX, hoje em dia parte do Pelourinho. Como Collins enfatiza,

os bordéis do Maciel eram bem conhecidos pela maioria dos homens da elite de Salvador como local de rito de passagem em sua juventude, e eles continuaram a ser importantes para o entrosamento de acadêmicos de elite e políticos na idade adulta. Além disso, essa zona era imaginada por alguns em Salvador como um lugar de mistura racial e, portanto, uma fonte da autêntica essência cultural do Brasil. Na década de 1960, a moral supostamente questionável das prostitutas tornou-se o símbolo maior da degeneração do bairro e, em última análise, alvo de reformas urbanas que visavam tanto a moral quanto as construções (A moral dos clientes, é claro, nunca foi questionada e, portanto, as áreas de elite da cidade nunca foram consideradas degeneradas e necessitadas de reforma urbana). Como Collins descreve, a preocupação com a zona de prostituição do Maciel tem sido crucial para entender como o patrimônio tornou-se mais vinculado às pessoas do que simplesmente às coisas. Essa ideia é desenvolvida nos capítulos seguintes, que revelam como as reformas que miravam essas mulheres tornaram-se, estranhamente, parte das primeiras iniciativas patrimoniais tomadas pelo IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia) nos anos 1960. De fato, esses projetos constituíram uma parte crucial do processo com que o IPAC começou a definir os moradores do Pelourinho, e não apenas os prédios, como parte do patrimônio da Bahia.

Em seu estudo sobre as mudanças nas práticas do governo, Collins argumenta que o processo de definição do Pelourinho como sítio de patrimônio nacional, e seus habitantes como parte desse patrimônio, levou a um aumento dos níveis de vigilância pelo Estado. Isto é desenvolvido de forma mais completa nos capítulos 3 e 4. Neles o autor examina a história do IPAC e sua antecessora, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, criada em 1967. Ele mostra que, embora a organização fosse inicialmente encarregada de cuidar dos arquivos e da arquitetura, expandiu abrupta e surpreendentemente sua jurisdição para incluir a população do Pelourinho. Collins enfatiza que esse foco nos seres humanos como parte do patrimônio ocorreu cerca de trinta anos antes de a UNESCO vir a enfatizar ideias semelhantes de “patrimônio imaterial” e, assim, os burocratas na Bahia criaram sua própria definição de patrimônio no contexto soteropolitano (pp. 149-150). Isso explica, em parte, a curiosa decisão de fazer um dos primeiros projetos do IPAC focado na prostituição no Pelourinho, com pesquisas que tiveram como base extensas pesquisas sociológicas e etnográficas sobre mulheres afro-brasileiras.

Esses primeiros estudos etnográficos foram conduzidos quase sempre por funcionários do IPAC que tinham conexões com a comunidade e uma abordagem geralmente atenciosa com a dinâmica social do bairro. Os estudiosos que

inicialmente se espalharam no Maciel incluíam figuras como o antropólogo Vivaldo da Costa Lima, que foi diretor do IPAC, e eram bastante solidários com a população. Em suas etnografias, enfatizaram que a pobreza impunha restrições ao povo do Pelourinho, fazendo com que se envolvessem, por exemplo, com a prostituição, considerada moralmente questionável, mas que mantinha sua própria lógica econômica para famílias em situação social desesperadora. Os programas que surgiram dessa primeira geração de envolvimento do governo geralmente consideravam a pobreza como a fonte da moralidade problemática, mas compreensível, do Pelourinho, e procuravam usar projetos educacionais para remediá-la. Foi mais ou menos neste momento que Costa Lima, a partir de suas relações estreitas com a comunidade do candomblé, ajudou a consolidar visões de pureza africana desenvolvidas por líderes do candomblé. No entanto, em um fascinante aparte, Collins menciona que os moradores do Pelourinho tinham, em geral, poucas ligações com o candomblé, e viam essas representações na cidade como estranhas ao seu sentimento de negritude e à sua própria identidade.

A abordagem dos funcionários do IPAC mudaria na década de 1990, com administradores geralmente não tão simpáticos aos moradores, mas todas essas formas de envolvimento do governo tiveram algum impacto sobre a população.

Em uma fascinante análise no Capítulo 4, Collins mostra como os moradores do Pelourinho passaram a adotar e usar a linguagem dos burocratas. Eles também falavam em criar “dossiês” e “arquivos” e usaram pastas suspensas para guardar documentos no mesmo estilo do IPAC (p. 169). Em um dos incidentes mais memoráveis, um morador procurou tomar e ocultar um recenseamento da população esquecido por funcionários do IPAC, declarando “eu sou patrimônio. Eu sou o único que é folclórico [...] Eu faço a minha própria pesquisa. Eu tenho meu próprio dossiê” (p. 200). E era comum que pessoas na área usassem a frase “eu estou pesquisando você” para indicar que estavam prestando cuidadosa atenção a alguém. (p. 212) Como Collins conclui, a restauração do Pelourinho resultou de técnicas de ciências sociais que se tornaram cada vez mais intrusivas na vida das pessoas, mas também estimulou “as apropriações pelos moradores da linguagem e das técnicas do IPAC” (179).

Foi esta apropriação que possibilitou uma série notável de disputas sobre o uso da terra no final dos anos 1990, e que Collins delinea no Capítulo 4. Aqui, como ele mostra, a propriedade legal dos edifícios em ruína era muitas vezes pouco clara, e os moradores desenvolveram uma consciência disso para reivindicar sua ocupação. O IPAC, naquele momento, havia abandonado em grande parte seus planos de ajudar a população do Pelourinho por meio

de programas sociais e, em vez disso, concentrou grande parte de sua energia no recenseamento dos moradores para saber a quem indenizar, ao mesmo tempo em que os expulsavam da área para desenvolver projetos de restauração. Além disso, o IPAC, especialmente durante o mandato da diretora Maria Adriana Couto de Castro, encarava a população com uma nova “viciosidade” (“*viciousness*”) (p. 189). Entretanto, conforme Collins revela, a população do Pelourinho, já familiarizada, pelo convívio, com os funcionários do governo, e particularmente com o IPAC, dominava a arte de maximizar as indenizações.

Essa manipulação do sistema, pela qual muitos moradores continuaram a retornar ao Pelourinho para obter novas indenizações, resultou, na maioria das vezes, em pequenos ganhos financeiros apenas, mas mesmo assim demonstrou a perspicácia que a população dali expulsa tinha desenvolvido. Longe de vítimas passivas, esses moradores tinham um conhecimento profundo do IPAC e sua lógica e usaram esse conhecimento em seu benefício. No entanto, o processo teve resultados multifacetados. Talvez o mais significativo deles tenha sido uma mudança na visão que os moradores tinham de si mesmos, e na que o IPAC tinha deles. Para ambos os lados, o final da década de 1990 não assistiu apenas a um processo de indenização, mas também a um movimento pelo qual as pessoas se tornariam “como as catedrais, os

monumentos e as danças folclóricas, parte integrante de um centro histórico ao qual se ligam através das sucessivas atividades de pesquisa do IPAC” (p. 213). Em outras palavras, para Collins o Pelourinho revela a “configuração do povo como patrimônio e, portanto, da humanidade como espécie de propriedade” (p. 214).

O Capítulo 5 examina como os boatos sobre cadáveres e tesouros enterrados no Pelourinho refletem essas ideias de corpos enquanto patrimônio e propriedade. Este capítulo também desenvolve a ideia de que o mistério tem sido um *leitmotiv* persistente para autores e pensadores ao descrever Salvador. O Capítulo 6 analisa o confronto entre um morador e uma autoridade do governo que procurava controlar e impor padrões de limpeza, e especula sobre os desafios contidos na peleja. E o Capítulo 7 estuda como a apropriação das letras de reggae pelos adeptos “reproduz o Pelourinho como um reino mágico de mistura e, reparando bem no que dizem as mensagens, fica visível, ou notável, a mercantilização da vida cotidiana e dos atributos afro-brasileiros” (p. 325). Os antropólogos apreciarão especialmente esta análise. Nesses e em outros capítulos, Collins apresenta histórias intelectuais de indivíduos e instituições incrivelmente detalhadas e esclarecedoras, embora raramente de um modo linear que seja facilmente percebido pela maioria dos leitores. Embora estes últimos capítulos tenham, em

muitos momentos, riqueza de detalhes, eles também levantam muitas questões que são deixadas sem resposta.

Talvez o mais intrigante aqui seja a questão da identidade racial. Collins, legitimamente, vê a raça como questão central para o Pelourinho, mas seria interessante que no livro houvesse uma análise mais focada sobre como os habitantes do Pelourinho viam sua própria identidade racial e se ela mudou ao longo do tempo. Obviamente, este é um terreno difícil, e talvez particularmente espinhoso, para pesquisadores dos Estados Unidos, que são muitas vezes percebidos como motivados por visões de raça muito diferentes. Contudo, como Livio Sansone e outros já demonstraram, a negritude em Salvador tem sido imaginada de maneiras muito diferentes por diferentes grupos. Seria fascinante conseguir perceber esta riqueza de forma mais profunda neste texto. Por exemplo, o Capítulo 7 começa a apresentar sérios desacordos sobre o Pelourinho entre diferentes grupos de afro-baianos, e talvez diferentes gerações. Collins muitas vezes justapõe negros da periferia, como os jovens que descreve no Capítulo 7, aos do Pelourinho, que são em seguida contrastados com os rastafáris, a quem ele também chama de moradores do Pelourinho, mas como uma classe privilegiada. Além das fronteiras do bairro, há uma diferença sentida pelos moradores, que se comparam, muitas vezes com algum ressentimento,

com os praticantes do candomblé. Igualmente intrigante é como as pessoas forçadas a deixar o Pelourinho se viram quando foram reassentadas. Será que eles ainda se consideram parte do patrimônio nacional, mesmo vivendo em um espaço urbano diferente? Como as pessoas que foram ligadas a um determinado espaço pelo governo e pelo seu próprio sentimento de identidade mudaram esse sentimento quando foram forçadas a se mudar? Essas questões de identidade poderiam ser desenvolvidas ainda mais, uma vez que dialogam com as principais preocupações de Collins.

A metodologia etnográfica deste projeto, embora não seja explicitada em nenhum lugar do livro, parece se basear, principalmente, em experiências vivenciadas, amizades e conversas com um grupo de cerca de cinquenta pessoas que viviam no Pelourinho. Collins é cuidadoso ao tratar as pessoas como indivíduos, com trajetórias de vida próprias, e não como representantes de uma visão de mundo mais ampla. Embora as entrevistas mais focadas possam estar fora da metodologia (como Collins parece indicar em um trecho do livro), me vi desejando conhecer mais profundamente a vida desses moradores como um todo, e curiosa sobre a biografia do grupo. Em muitas das histórias de vida que ele narra, parece que os moradores originais eram de fora da cidade, o que levanta questões interessantes, até irônicas: essas pessoas vistas

como as mais representativas de Salvador seriam, na verdade, muitas vezes recém-chegadas? Seria interessante também saber se o comércio de drogas introduzido da década de 1990 provocou uma composição demográfica mais dominada por homens, e isso talvez tivesse mudado a atuação do governo na área. Collins é devidamente cauteloso para não reproduzir os procedimentos praticados pelo governo, em que os indivíduos se tornam dados, mas teria sido fascinante acrescentar à sua discussão um perfil demográfico mais detalhado da população e suas mudanças ao longo do tempo.

Como esta resenha deixa claro, o livro de Collins é excepcionalmente rico e muito abrangente, com provocativas reflexões, que lançam uma luz nova sobre muitas questões. Seu trabalho será leitura obrigatória para qualquer pessoa interessada no quebra-cabeça da identidade baiana e na ação do Estado, ou para qualquer um preocupado com a política do Pelourinho. Desejável seria que o livro tivesse sido melhor editado, uma vez que é excepcionalmente longo, com prosa densa e uma organização que torna a leitura muitas vezes difícil. *Revolt of the Saints*, no entanto, está cheio de grandes ideias e um gosto amargo das ironias da Bahia. Ele será muito apreciado por uma ampla gama de estudiosos interessados em raça, patrimônio, pertencimento nacional e o fazer da história.

Anadelia Romo
Texas State University
ar23@txstate.edu